Uma vez identificada a irregularidade na propaganda, ocasionado o chamado efeito outdoor, impõe-se o desprovemento do apelo e a consequente manutenção da multa aplicada.

Vistos, relatados e discutidos os autos acima identificados, acorda o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em proferir a seguinte decisão: "ACORDAM os Membros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, em proferir a seguinte DECISÃO: NEGOU-SE PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, EM HARMONIA COM O PARECER MINISTERIAL, UNÂNIME. ".

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 29 de junho de 2017.

Secretaria Judiciária do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, 30 de junho de 2017.

Resoluções

Resolução nº 07/2017

O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 23, incisos XIV e XXXIV do seu Regimento Interno:

CONSIDERANDO a recomendação firmada pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ no Acórdão prolatado em 25 de junho de 2014, no Pedido de Providências n.º 0002080-10.2013.2.00.0000, e o constante no processo SEI n.º 0002012-27.2017.6.15.8000;

RESOLVE:

Art. 1.º. O artigo 1º da Resolução nº 13/2019 – TRE/PB passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1.º Caberá à Secretaria Judiciária do Tribunal remeter à Procuradoria da Fazenda Nacional, mediante ofício, os termos de inscrição de dívida (Anexo I) e o Demonstrativo de débito (Anexo II) extraídos dos autos provenientes dos juízos de primeiro grau, bem como os dos processos de competência do Tribunal, para fins de inscrição na dívida ativa da União e adoção das medidas judiciais cabíveis."

Art. 2.º. Acrescentar o inciso VIII ao artigo 2º da Resolução nº 13/2009 – TRE/PB:

"Art. 2.º ...

&

VIII - Demonstrativo de débito, que será elaborado pela Secretaria Judiciária nos processos de competência do Tribunal e nos expedientes relativos a feitos das Zonas Eleitorais deste estado."

Art. 3.º. Acrescentar o art. 3º-A e seus parágrafos à Resolução nº 13/2009 – TRE/PB:

"Art. 3º-A. A remessa de documentos referentes aos procedimentos previstos nesta Resolução, bem como as demais comunicações entre as Zonas Eleitorais e o Tribunal Regional Eleitoral, deverão ser encaminhadas através do Sistema SEI.

§ 1º. Fica dispensada a remessa de que trata o § 2º do artigo anterior, quando a multa aplicada tiver valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 1º, I, da Portaria nº 75/2012 do Ministério da Fazenda.

§ 2º. Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do respectivo débito originário, somado aos encargos e acréscimos legais ou contratuais, vencidos até a data da apuração.

§ 3º. Na hipótese de um mesmo devedor ser condenado ao pagamento de mais de uma multa eleitoral, os valores das multas deverão ser reunidos e, alcançando-se valor total consolidado superior ao limite estabelecido no § 1º, deverá ser procedida a remessa em conjunto das multas aplicadas nos moldes do § 2º do artigo anterior.

§ 4º. Caberá ao Cartório Eleitoral proceder ao controle da multas eleitorais aplicadas, a fim de possibilitar seu encaminhamento para a Secretaria Judiciária na forma do parágrafo anterior."

Art. 4.º. O artigo 7º da Resolução nº 13/2019 – TRE/PB passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7.º A Secretaria Judiciária encaminhará à Procuradoria da Fazenda Nacional na Paraíba cópia da Resolução n.º 13/2009, devidamente consolidada."

Art. 5.º O Anexo II passa a integrar a Resolução n.º 13/2009.

Art. 6.º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, aos 05 dias do mês de junho de 2017.

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Breno Wanderley César Segundo
Membro

Emiliano Zapata de Miranda Leitão
Membro

Antônio Carneiro de Paiva Júnior
Membro

Márcio Maranhão Brasilino da Silva
Membro Substituto

Micheline de Oliveira Dantas Jatobá
Membro

Marcos Alexandre Bezerra Wanderley de Queiroga
Procurador Regional Eleitoral

ANEXO II

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO N.º XX

ENCAMINHAMENTO À PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL PARA INSCRIÇÃO EM DÍVIDA ATIVA E COBRANÇA JUDICIAL

IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO PASSIVO

DEVEDOR(A) PRINCIPAL:

CNPJ/CPF:
ENDEREÇO:
CIDADE: UF: CEP:

DADOS RELATIVOS AO DÉBITO

VALOR PRINCIPAL: R\$
JUROS/CORREÇÃO MONETÁRIA NA ORIGEM (SE HOUVER): R\$
MULTA DE MORA (SE HOUVER): R\$
AMORTIZAÇÕES: ____/____/____:R\$ ____/____/____: R\$
SALDO ATUALIZADO ATÉ O DIA ____/____/____: R\$

FUNDAMENTOS LEGAIS

FUNDAMENTO LEGAL DA CONDENAÇÃO:
DATA DE VENCIMENTO: ____/____/____

João Pessoa – PB, ____/____/____.

AUTORIDADE RESPONSÁVEL OU SECRETÁRIO(A) JUDICIÁRIO(A)

Atos dos Relatores

Despachos

Despacho

PROCESSO: RECURSO CONTRA DIPLOMAÇÃO N° 7-86.2017.6.15.0028 – Classe 29

PROCEDÊNCIA: São José de Espinharas-PB 28ª Zona Eleitoral (Patos)

RELATOR: Michelini de Oliveira Dantas Jatobá

ASSUNTO: RECURSO CONTRA EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA - Inelegibilidade - Desincompatibilização - Cargo - Vereador - Recurso Contra Expedição de Diploma - PEDIDO DE CASSAÇÃO DE DIPLOMA

RECORRENTE: FRANCISCO VIEIRA NUNES e PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS/PB

ADVOGADOS: MARCELO WEICK POGLIESE - OAB: 11158/PB, FILIPE JOSE VILARIM DA CUNHA LIMA - OAB: 16031/PB, RENOVATO FERREIRA DE SOUZA JÚNIOR - OAB: 19072-B/PB e VICKTOR JOSE BRITO DA SILVA - OAB: 19456/PB

RECORRIDO: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS e PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), ÓRGÃO DE DIREÇÃO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS/PB

ADVOGADOS: LUCIANA SANTOS DA COSTA LACERDA - OAB: 17110/PB, VILSON LACERDA BRASILEIRO - OAB: 4201/PB e ALEXSANDRO LACERDA CALDAS - OAB: 16857/PB

Vistos etc.

Trata-se de Recurso Contra a Expedição do Diploma proposto pelo PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO (PSB), órgão de direção municipal de SÃO JOSÉ DE ESPINHARAS-PB e FRANCISCO VIEIRA NUNES, suplente de vereador, em desfavor de MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS e do PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO (PMDB), órgão de direção municipal do referido município.